ISSN: 2358-8829

GESTÃO ESCOLAR: educação sexual e homofobia uma percepção de respeito à diversidade sexual no Instituto Federal do Maranhão

Saymon D' Lucas Soares Rodrigues [1]
Acíria Nazaré Leite Sá [2]

INTRODUÇÃO

A homofobia permanece presente na sociedade, inclusive no ambiente escolar, onde diferentes identidades e expressões de gênero convivem. A desinformação e os valores conservadores contribuem para a reprodução de preconceitos, muitas vezes reforçados pelo contexto familiar e religioso (Perucchi *et al*., 2014).

Nesse cenário, a escola desempenha papel fundamental no enfrentamento da homofobia, por sua função social na formação de cidadãos capazes de conviver com a diversidade. Entretanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTQIAPN+ (2020) apontam que 73% dos estudantes entrevistados sofreram homofobia e 27% relataram agressões físicas, evidenciando a vulnerabilidade desse público no espaço escolar.

Além da escola, a família e a mídia influenciam a construção de valores e percepções sobre sexualidade, gênero e diversidade familiar. Assim, a educação sexual constitui uma estratégia importante para promover o diálogo, a troca de informações e a autonomia dos estudantes (Vieira; Matsukura, 2017).

Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a compreensão da gestão educacional sobre a educação sexual no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Pinheiro–MA. Especificamente, buscou-se: a) identificar os conhecimentos prévios dos estudantes sobre homofobia e as ações institucionais relacionadas à temática; e b) compreender as estratégias da gestão escolar para o enfrentamento da homofobia.

A relevância do estudo reside na necessidade de fortalecer o debate sobre diversidade sexual, direitos humanos e práticas educativas inclusivas, contribuindo para a identificação de desafios e possibilidades de enfrentamento da discriminação no contexto escolar.

[1] Mestrando em Processos e Tecnologias Educacionais, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, saymonsouer@gmail.com;
[2] Mestra em Educação, Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, aciria.sa@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Pinheiro, localizado em Pinheiro–MA, instituição com aproximadamente 558 estudantes, distribuídos entre cursos técnicos e superiores. Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem quali-quantitativa, baseado na organização e análise de dados obtidos por diferentes instrumentos e registros (Strauss; Corbin, 2015; Gil, 2002).

Inicialmente, o projeto foi apresentado à direção, à coordenação pedagógica e aos professores, ocasião em que foram identificadas fragilidades na abordagem da educação sexual nas turmas de 1º e 2º ano, também associadas ao distanciamento das atividades presenciais durante a pandemia de COVID-19. Em seguida, a proposta foi apresentada aos estudantes, e aplicaram-se questionários aos gestores, professores e alunos para identificar suas percepções sobre educação sexual e as ações institucionais de enfrentamento à homofobia. Os dados foram posteriormente organizados em gráficos, tabelas e registros, sendo analisados conforme os objetivos da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão Escolar e Diversidade Sexual

Uma gestão escolar eficiente ultrapassa a transmissão de conteúdos, contribuindo para a formação integral e cidadã dos estudantes. Nesse contexto, a coordenação pedagógica é fundamental para identificar e enfrentar situações de preconceito no ambiente escolar (De Jesus Barroso; Mercês, 2021).

A gestão democrática, prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fundamenta-se na participação coletiva e na construção de uma educação socialmente comprometida (Lück, 2009). Nessa perspectiva, o diretor exerce papel de liderança, considerando as demandas e opiniões da comunidade escolar e articulando as dimensões pedagógica, administrativa, financeira e cultural da instituição (Adão; Junior, 2020; Libâneo; Oliveira; Toschi, 2003).

Nesse processo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP), previsto na LDBEN nº 9.394/1996, constitui um instrumento essencial para o planejamento e acompanhamento das ações educativas, considerando a realidade institucional (De Jesus Barroso; Mercês, 2021). Além de estabelecer metas e objetivos, orienta a formação dos estudantes e a organização das práticas pedagógicas (De Barros, 2013), podendo contribuir para o enfrentamento da homofobia e de outras formas de discriminação no contexto escolar (Moraes, 2017).

ISSN: 2358-8829

Políticas Públicas de Educação Sexual na Escola

A escola é um espaço fundamental para a promoção da diversidade sexual e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, tendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como importante instrumento de proteção integral (Vieira; Matsukura; Vieira, 2017). Nesse contexto, rodas de conversa e atividades envolvendo estudantes e familiares favorecem o diálogo e o respeito às diferenças. Políticas como o Programa de Saúde do Adolescente (PROSAD), o Planejamento Familiar e o Programa Saúde na Escola (PSE) também contribuem para a prevenção de vulnerabilidades e a abordagem da sexualidade (Vieira; Matsukura; Vieira, 2017; Brasil, 1996, 2007).

A homofobia representa uma ameaça à integridade física e emocional dos adolescentes, podendo provocar isolamento social, violência e sofrimento psicológico. Estudo com 2.282 estudantes identificou situações de violência homofóbica, isolamento e ideações e tentativas de suicídio entre jovens não heterossexuais (Teixeira Filho; Rondini; Bessa, 2011). Embora a Constituição Federal de 1988 estabeleça a igualdade de direitos, a discriminação contra a população LGBTQIAPN+ permanece um desafio.

Nesse sentido, o reconhecimento da homofobia e da transfobia como práticas enquadradas na Lei do Racismo, conforme entendimento do STF em 2019, reforça a necessidade de políticas públicas e ações educativas voltadas à proteção, à igualdade e ao respeito à diversidade (Brasil, 1988).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram voluntariamente da pesquisa 68 estudantes do 1º e 2º ano do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), com idades entre 14 e 18 anos, sendo 46 do sexo feminino (67,6%) e 22 do masculino (32,4%), matriculados nos turnos matutino e vespertino. Quanto à procedência, 41 estudantes (60,3%) residiam em Pinheiro–MA, enquanto os demais eram oriundos de São Bento (8,8%), Peri-Mirim (10,3%), Presidente Sarney (7,4%), Bequimão (7,4%), Palmeirândia (2,9%) e Central do Maranhão (1,5%), demonstrando a abrangência regional da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários on-line, disponibilizados via Google Forms e acompanhados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os instrumentos buscaram identificar as percepções de estudantes e gestores sobre sexualidade e homofobia no ambiente escolar, considerando também o papel da gestão democrática e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) no enfrentamento à discriminação (Silva; Tunice, 2019; De Jesus Barroso; Mercês, 2021). Para preservar o anonimato, os participantes foram identificados

como A1, A2 e assim sucessivamente, para os estudantes, e G1 e G2, para os gestores. Os dados foram sistematizados em gráficos e quadros e analisados à luz da literatura pertinente.

Percepção dos gestores sobre sexualidade e homofobia

Para compreender a percepção dos gestores sobre sexualidade e homofobia, aplicou-se um questionário sobre educação sexual, estratégias institucionais e enfrentamento à discriminação. A fim de preservar o anonimato, os participantes foram identificados como G1 e G2.

Ambos reconheceram a importância da Educação Sexual no ambiente escolar, destacando sua abordagem transversal, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (Cardieri, 2011). Também confirmaram a existência de projetos institucionais: o G1 mencionou a Comissão de Combate ao Assédio, que contempla a diversidade sexual e a homofobia, enquanto o G2 destacou o projeto "IFMA Livre da Violência de Gêneros". Essas iniciativas evidenciam o compromisso institucional com a promoção de um ambiente seguro e o enfrentamento à discriminação (Lück, 2009).

Quanto ao Projeto Político-Pedagógico (PPP), ambos confirmaram sua existência, mas apontaram diferentes formas de inserção da temática, como campanhas institucionais e outras estratégias. Esse cenário evidencia a necessidade de integrar sistematicamente a educação sexual e o combate à homofobia ao planejamento pedagógico, considerando o PPP como instrumento de gestão democrática (De Jesus Barroso; Mercês, 2021).

De modo geral, as respostas demonstram que os gestores reconhecem a relevância da temática, reforçando a importância de ações contínuas que promovam o respeito à diversidade, a formação cidadã e a prevenção da discriminação no ambiente escolar.

Percepção dos alunos sobre sexualidade e homofobia

Para identificar a percepção dos estudantes sobre sexualidade e homofobia, aplicou-se um questionário on-line, via Google Formulários, disponibilizado aos alunos do 1º e 2º ano por meio do WhatsApp.

Inicialmente, perguntou-se: "O que significa homofobia?". As respostas de A2, A3 e A4 demonstraram que os estudantes possuem conhecimentos sobre o tema, embora alguns apresentem dificuldades em sua compreensão. Esse resultado evidencia a importância de abordar a diversidade sexual no contexto escolar, promovendo o respeito e a formação cidadã (Lück, 2009).

ISSN: 2358-8829

Quanto à existência de amigos ou familiares LGBTQIAPN+, 61 estudantes (89,7%) responderam positivamente e sete (10,3%) negativamente. Embora esse contato possa favorecer o reconhecimento da diversidade, não elimina necessariamente a reprodução de preconceitos e atitudes discriminatórias.

Sobre a ocorrência de homofobia na escola, 37 estudantes (54,4%) afirmaram já ter presenciado situações dessa natureza, enquanto 31 (45,6%) responderam negativamente. Os dados evidenciam a presença de manifestações discriminatórias no ambiente escolar e reforçam a necessidade de ações educativas contínuas, especialmente diante de práticas que, muitas vezes, são naturalizadas ou disfarçadas de brincadeiras, mas produzem impactos na convivência e no bem-estar dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar a compreensão dos estudantes sobre sexualidade e homofobia no ambiente escolar, identificar suas experiências e desenvolver estratégias pedagógicas de sensibilização. Por meio de questionários, também foram investigadas as percepções dos participantes e as ações da gestão escolar diante dessas questões, permitindo identificar desafios e possibilidades de abordagem da temática na instituição.

Os resultados reforçam a importância de trabalhar continuamente a educação sexual e o enfrentamento à discriminação nas instituições de ensino. Nesse sentido, o diálogo, a informação e as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para promover o respeito à diversidade, combater preconceitos e contribuir para a formação cidadã e a construção de um ambiente escolar acolhedor.

Palavras-chave: Educação sexual; Discriminação; Identidade de gênero; Socioeducação; Inclusão.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Gabrielle de Fatima Cavichioli; JUNIOR, José Carlos Bastos. Ações da Gestão para a Prevenção das Violências no Âmbito Escolar: Um Relato do Projeto “Para Além dos Muros da Escola”. **Cadernos da Pedagogia**, v. 14, n. 28, mai./ago. 2020.

DE BARROS, Suzana da Conceição. Corpos, gêneros e sexualidades: questões que integram o PPP. **Diversidade e educação**, v. 1, n. 1, p. 14-16, 2013.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989.** Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Lex: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 10 ago. de 2022.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 09 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Educação**. Programa Saúde nas Escolas, Brasília, 2007.

CARDIERI, E. **Direitos Humanos e Formação de Educadores:** Algumas Reflexões. Form. Doc., v. 03, n. 04, p. 23-32, jan./jul. 2011. Disponível em: http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br. Acesso em: 13 de nov. 2022.

DE JESUS BARROSO, Ramon Roberto; DAS MERCÊS, Thais Silva Trindade. **O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA À LUZ DA GESTÃO ESCOLAR.**

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa *et al.* Dimensões da gestão escolar e suas competências. **Curitiba: Editora Positivo**, v. 1, 2009.

DE MORAES, Silvia Piedade. PRÁTICAS ESCOLARES: HOMOFOBIA E RESISTÊNCIAS–A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO CRÍTICO DE CONHECIMENTO. **Revista Educação-UNG-Ser**, v. 12, n. 1 ESP, p. 07-14, 2017.

PERUCCHI, Juliana; BRANDAO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays.** Estud. Psicol., vol.19, n.1, pp.67-76, 2014.

SILVA, Moisés Moreira da; TUNICE, Lucio Mauro da Cruz. O papel da Gestão Escolar na tentativa de demandas relacionadas a problemas de Identidade de Gênero na Educação Básica. **ECCOM**, v. 10, n. 20, jul./dez. 2019.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet.. **Basics of Qualitative Research:** Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory. Thousand Oaks: SAGE publications, 2015.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. **Modelos de educação sexual na escola:** concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.